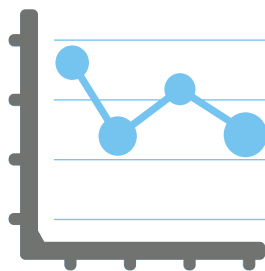


ECONOMIA DO PAÍS

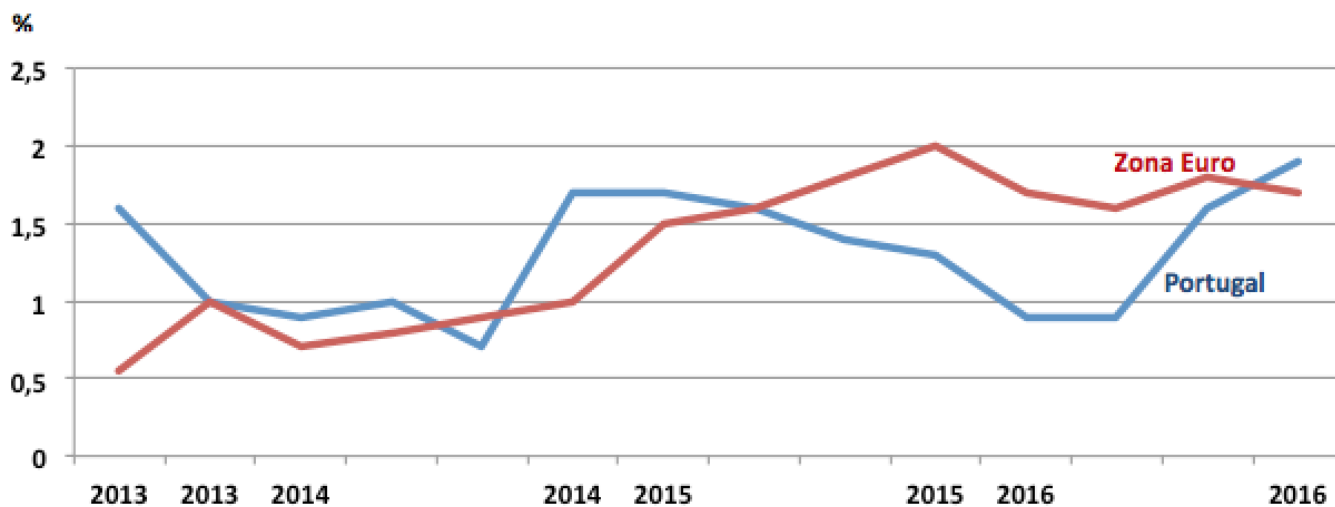
ANÁLISE DE CONJUNTURA ECONÓMICA TRIMESTRAL

INSTITUTO
FRANCISCO SÁ CARNEIRO



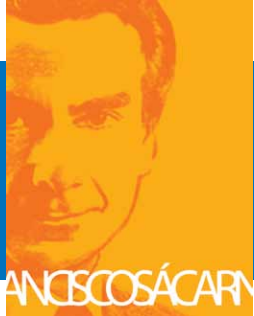
PRODUTO INTERNO BRUTO

VARIAÇÕES TRIMESTRAIS HOMÓLOGAS



Fonte: Banca de Portugal

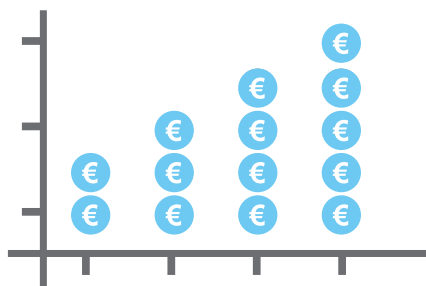
Mediante reformas introduzidas na economia portuguesa, entre 2011 e 2015, nomeadamente quanto á competitividade das empresas, foi possível estimular o investimento e as exportações, o que permitiu a Portugal registar taxas de crescimento económico superiores à média da Zona Euro. Uma elevada taxa de crescimento económico é a única forma de assegurar um aumento sustentado do nível de vida dos portugueses. Contudo, desde o final de 2015, Portugal perdeu oito posições no índice de competitividade do World Económico Forum, e registou uma quebra significativa no investimento e na taxa de crescimento das exportações. Deste modo, a taxa de crescimento passou novamente a ser inferior à média da Zona Euro, a partir do final de 2015, com excepção do último trimestre de 2016.



ECONOMIA DO PAÍS

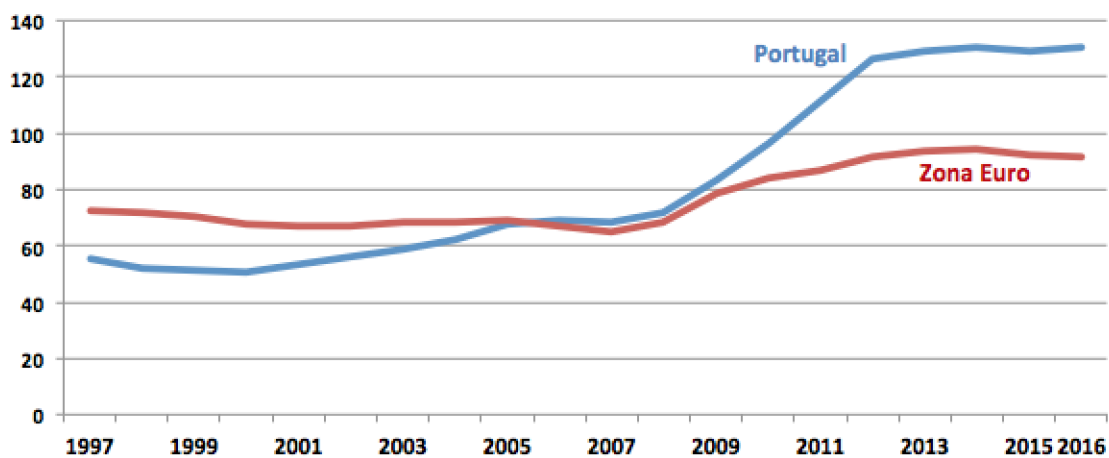
ANÁLISE DE CONJUNTURA ECONÓMICA TRIMESTRAL

INSTITUTO
FRANCISCO SÁ CARNEIRO



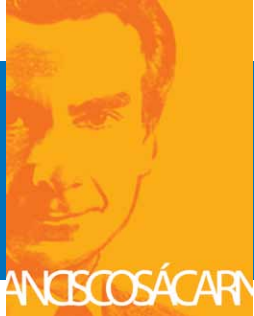
DÍVIDA PÚBLICA

EM % DO PIB



Fonte: Comissão Europeia

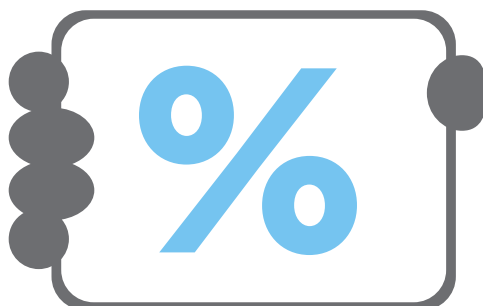
Entre 2006 e 2011, Portugal quase que duplicou a sua dívida pública, sem que esse aumento se tenha traduzido em crescimento económico. Com efeito, entre 2000 e 2011, Portugal teve um crescimento quase nulo, em comparação com a média de 1,1% nos países da Zona Euro. Não é portanto o crescimento significativo da despesa pública e da dívida pública que promove o crescimento económico. Pelo contrário, o peso dos juros associado à dívida pública impede que o valor do investimento seja maior, o que permitiria um mais elevado crescimento da economia. Por esta razão, nos últimos 25 anos, os países da EU 28 que menos cresceram, foram os que maior dívida pública apresentaram. Após o período de ajustamento económico que ocorreu entre 2011 e 2014, a dívida pública pôde finalmente ser reduzida de 130,2% em 2014 para 129% do PIB em 2015. Contudo, em 2016, mediante o aumento da despesa pública, a dívida pública portuguesa voltou a subir para 131% do PIB, em contraste com a redução que se verificou na Zona Euro.



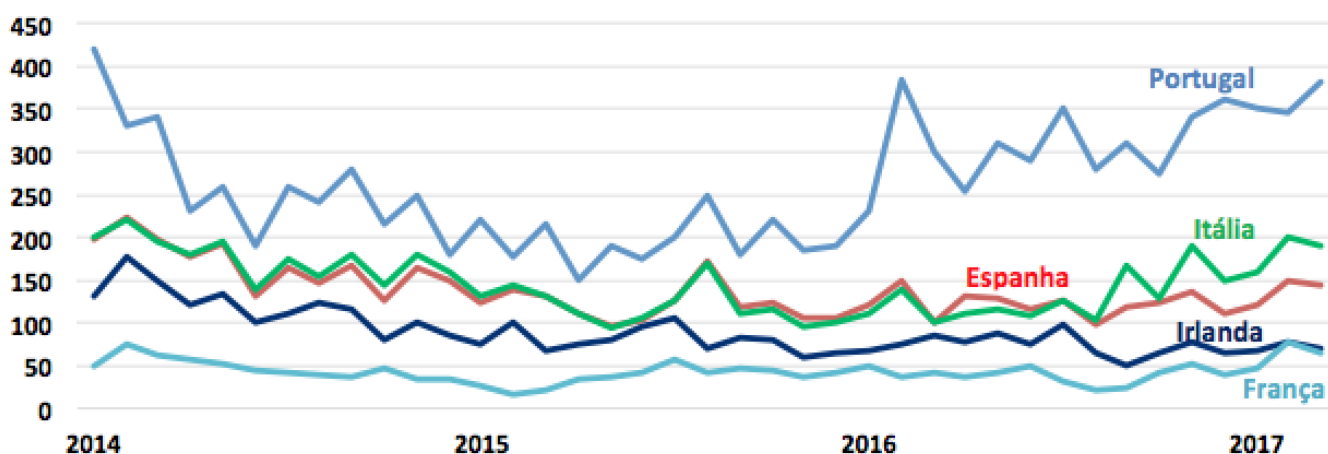
ECONOMIA DO PAÍS

ANÁLISE DE CONJUNTURA ECONÓMICA TRIMESTRAL

INSTITUTO
FRANCISCO SÁ CARNEIRO

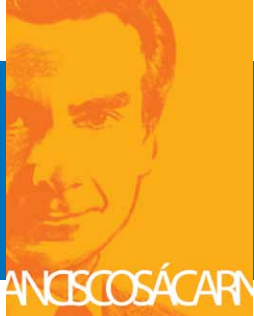


DIFERENCIAIS DE TAXAS DE JURO, NAS OBRIGAÇÕES A 10 ANOS, FACE À ALEMANHA



Fonte: Banco de Portugal

Os diferenciais das taxas de juro das obrigações, dos diferentes estados, a dez anos, reflectem a capacidade que os investidores atribuem a esses países de reembolsarem os seus empréstimos. Mediante a correcção de diversos desequilíbrios existentes na economia portuguesa, nomeadamente nas suas contas externas e públicas, e da aceleração do seu crescimento económico, o risco associado a Portugal diminuiu significativamente desde o 2º semestre de 2011 e ao final de 2015. Desde então, a perda de oito lugares no ranking da competitividade mundial, o aumento da dívida pública e a quebra da taxa de crescimento da economia, são factores que explicam o aumento do risco atribuído a Portugal. A diferente evolução das taxas de juro é visível em 2017, onde a taxa de juro de Portugal aumentou, enquanto a dos restantes países diminuiu. Elevadas taxas de juro, que neste caso não resultam da conjuntura internacional, mas apenas da percepção com que os investidores analisam a evolução económica portuguesa, dificultam não apenas o investimento mas também o crescimento económico.



INSTITUTO
FRANCISCO SÁ CARNEIRO

ECONOMIA DO PAÍS

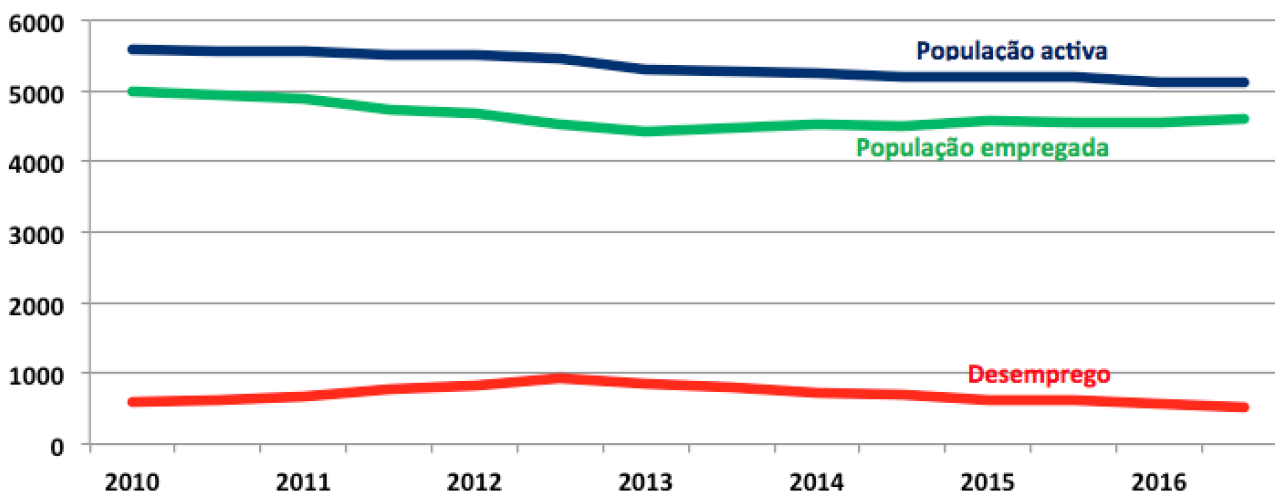
ANÁLISE DE CONJUNTURA ECONÓMICA TRIMESTRAL



EMPREGO E DESEMPREGO

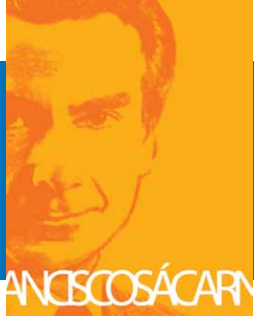
VARIAÇÕES TRIMESTRAIS HOMÓLOGAS

em milhares
de pessoas



Fonte: INE

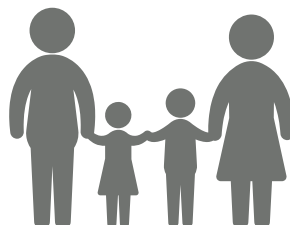
O desemprego, actualmente em 10,2%, corresponde à diferença entre a população activa e a população empregada. A taxa de desemprego variou apenas entre 4% e 8% entre 2001 e 2009. Contudo, o fenómeno da globalização que transferiu parte da actividade industrial para a Ásia, a crise financeira nos EUA e na Europa a partir de 2009, e o encerramento de empresas em Portugal apenas dedicadas ao mercado interno, originou um aumento significativo do desemprego que atingiu 17,1% em 2013. Acentou-se, desde então, uma diferença entre as qualificações dos trabalhadores desempregados e as qualificações profissionais desejadas pelo mercado. Por outro, as leis do trabalho protegem os trabalhadores já empregados, em desfavor dos jovens e dos desempregados. Deste modo 25,7% da população entre os 15 e os 24 anos está actualmente desempregada, em comparação com 9% da população acima dos 25 anos. Também 53% dos desempregados têm apenas o ensino básico, estando 63% estão nessa situação há mais de 12 meses. São assim factores importantes para a redução do desemprego uma formação profissional mais ajustada às necessidades do mercado, não devendo, simultaneamente, as leis laborais dificultar a admissão de mão de obra, nomeadamente com aumentos do salário mínimo superiores ao aumento da produtividade, com limitações na utilização de contratos a prazo, ou na manutenção de convenções colectivas de trabalho que encarecem a utilização da mão de obra.



INSTITUTO
FRANCISCO SÁ CARNEIRO

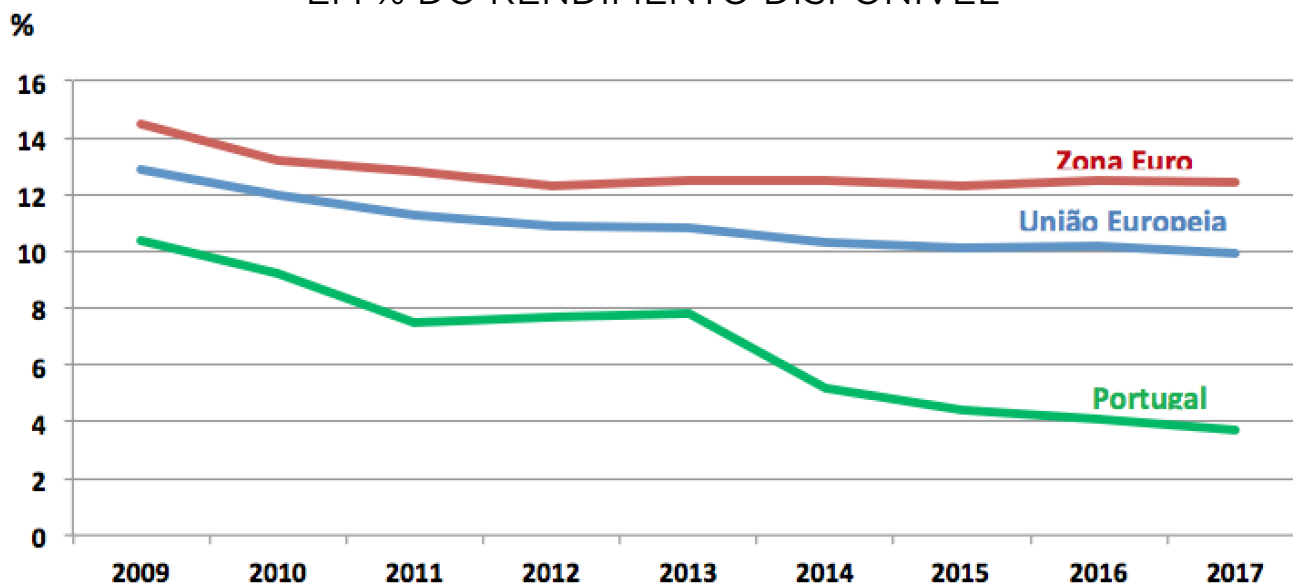
ECONOMIA DO PAÍS

ANÁLISE DE CONJUNTURA ECONÓMICA TRIMESTRAL



TAXA DE POUPANÇA DAS FAMÍLIAS

EM % DO RENDIMENTO DISPONÍVEL



Fonte: Comissão Europeia

Desde 2009, onde atingiu 10,4% do Rendimento Disponível, a taxa de poupança das famílias tem registado uma tendência clara de redução, que se acentuou a partir de 2013. Esta tendência social está associada ao facto de não só não existir uma política de estímulo da poupança das famílias, como também de frequentemente se adoptarem medidas que penalizam a poupança, como a súbita redução das taxas de juro dos certificados de depósito em 2006 e 2009, a redução em 2011 do tecto dos benefícios fiscais para os PPR, a introdução em 2017 do imposto sobre os imóveis, ou a ausência de um sistema de pensões de reforma que estimule a poupança. A poupança das famílias é no entanto essencial, pois determina, em boa medida, o nível possível de investimento em Portugal.